

ÍNDICE

PREFÁCIO DA 12ª EDIÇÃO	7
PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO	11
ABREVIATURAS	13

PRINCÍPIOS

1. Princípio da oficialidade	15
2. Princípio da legalidade	16
3. Princípio da acusação	18
4. Princípio do contraditório	20
5. Princípio da suficiência	21
6. Princípio da vinculação temática	23
7. Princípio do juiz natural	24
8. Princípio da investigação ou da verdade material	26
9. Princípio da igualdade de oportunidades	27
10. Princípio da concentração	27
11. Princípio da livre apreciação da prova	28
12. Princípio <i>in dubio pro reo</i>	29
13. Princípio da publicidade	31
14. Princípio da oralidade	36
15. Princípio da imediação	37
16. Princípio da proibição de <i>reformatio in pejus</i>	39
17. Princípio da recorribilidade	40
18. Jurisprudência	41

NATUREZA DO CRIME

1. Nota prévia	45
2. Crimes públicos	46

3. Crimes semipúblicos	47
4. Crimes particulares	48
5. Jurisprudência	49

QUEIXA/DENÚNCIA

I. NOTÍCIA DO CRIME	51
II. QUEIXA	53
1. Nota prévia	53
2. Legitimidade	55
3. Extinção do direito	66
4. Renúncia	70
5. Desistência	70
6. Queixa Eletrônica	73
7. Queixa para o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem	75
III. DENÚNCIA	77
1. Aspectos gerais	77
2. Denúncia obrigatória e facultativa	81
3. Denúncia anônima	84
4. Auto de notícia	85
5. Denúncia apresentada pela vítima	87
6. Custas processuais	90
IV. PARTICIPAÇÃO	93
V. JURISPRUDÊNCIA	94
MINUTAS	98
– Denúncia por crime público (art. 244º, do CPP)	98
– Queixa por crime semipúblico (art. 49º, do CPP)	100
– Queixa por crime particular (art. 50º, do CPP)	101
– Declaração de desistência de queixa (art. 116º, nº 2, do CP)	102
– Requerimento a solicitar o certificado do registo da denúncia (art. 247º, nº 6, do CPP)	103
– Procuração com poderes especiais	104
– Requerimento de ratificação do processado	105
– Substabelecimento	106

ASSISTENTE

I. INTRODUÇÃO	107
II. CONSTITUIÇÃO DE ASSISTENTE	110

1. Legitimidade	110
2. Representação judiciária	113
3. Prazo	126
4. Custas processuais	129
4.1. Responsabilidade	129
4.2. Apoio judiciário	135
5. Decisão	146
III. POSIÇÃO PROCESSUAL	147
IV. ATRIBUIÇÕES	148
1. Intervenção no inquérito e na instrução	148
2. Dedução de acusação	151
3. Interposição de recurso	152
V. DECLARAÇÕES, NOTIFICAÇÕES E CONSULTA DOS AUTOS	154
VI. JULGAMENTO	164
VII. JURISPRUDÊNCIA	167
MINUTAS	176
– Requerimento para constituição de assistente (art. 68º, nº 1, al. <i>a</i>), do CPP)	176
– Requerimento para constituição de assistente no caso de o ofendido ser menor de 16 anos (art. 68º, nº 1, al. <i>d</i>), do CPP)	177
– Requerimento de junção de documento comprovativo do pagamento da taxa de justiça pela constituição como assistente (art. 8º, nº 4, do RCP)	178
– Requerimento de junção de documento comprovativo do pedido de apoio judiciário (art. 24º, nº 4, da Lei nº 34/2004, de 29 de julho)	179
– Requerimento de junção de documento comprovativo da concessão de apoio judiciário (art. 29º, nº 2, da Lei nº 34/2004, de 29 de julho e art. 8º, do RCP)	180
PARTES CIVIS/PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO CIVIL	
I. INTRODUÇÃO	181
II. PRINCÍPIO DA ADESÃO	182
III. PEDIDO EM SEPARADO	183
IV. LEGITIMIDADE	188
1. Legitimidade ativa	188
2. Legitimidade passiva	194
3. Representação judiciária	197

V. TRAMITAÇÃO	198
1. Dever de informação	198
2. Manifestação do propósito de deduzir pedido cível	199
3. Prazo para formulação do pedido	200
3.1. Nota prévia	200
3.2. Pelo MP e assistente	201
3.3. Pelo lesado que tiver manifestado o propósito de deduzir pedido de indenização civil	203
3.4. Pelo lesado que não tiver manifestado o propósito de deduzir pedido de indenização civil	204
3.5. Pedido de arbitramento da indenização civil	205
4. Contestação	205
5. Declarações, notificações e consulta dos autos	207
6. Provas	208
7. Julgamento	209
8. Renúncia, desistência e conversão do pedido	209
9. Medidas de garantia patrimonial	211
10. Decisões sobre o pedido de indenização civil	213
10.1. Condenação no pedido cível	213
10.2. Liquidação em execução de sentença	218
10.3. Reenvio para os tribunais civis	219
10.4. Exequibilidade provisória	220
10.5. Reparação da vítima em casos especiais	220
11. Custas processuais	227
VI. RECURSOS	231
VII. JURISPRUDÊNCIA	234
MINUTAS	244
– Manifestação do propósito de deduzir pedido de indenização civil (art. 75º, nº 2, do CPP)	244
– Pedido de indenização civil (art. 77º, nº 2, do CPP)	245
– Contestação do pedido de indenização civil (art. 78º, do CPP)	249
– Declaração de desistência do pedido de indenização civil (art. 81º, al. <i>a</i>), do CPP)	252
– Requerimento a solicitar que o objeto da prestação indenizatória seja convertido em diferente atribuição patrimonial (art. 81º, al. <i>b</i>), do CPP e art. 130º, nº 2, do CP)	253
INQUÉRITO	
I. INTRODUÇÃO	255
1. Finalidade e âmbito	255

2. Direção e competência	272
3. Nulidades	278
II. ATOS DE INQUÉRITO	280
1. Atos do MP	280
2. Atos do juiz de instrução	290
3. Declarações para memória futura	296
4. Primeiro interrogatório ao arguido	303
5. Mandado de comparência	316
6. Prática de atos processuais	318
7. Acesso ao conteúdo dos autos	322
III. ENCERRAMENTO DO INQUÉRITO	327
1. Prazos de duração máxima	327
2. Despachos de encerramento do inquérito	335
2.1. Nota prévia	335
2.2. Arquivamento do inquérito	336
2.3. Arquivamento em caso de dispensa da pena	345
2.4. Suspensão provisória do processo	348
2.5. Mediação Penal	359
2.6. Acusação pelo MP	366
3. Acusação pelo assistente	378
3.1. Nos crimes públicos e semipúblicos	378
3.2. Nos crimes particulares	380
3.3. Desistência da queixa e da acusação particular	384
3.4. Custas processuais	384
4. Destino dos autos	387
IV. JURISPRUDÊNCIA	388
MINUTAS	398
– Acusação pelo assistente (art. 284º, do CPP)	398
– Acusação particular com pedido de indemnização civil (arts. 285º e 77º, nº 1, do CPP)	399
– Requerimento de declarações para memória futura (art. 271º, do CPP)	402
– Requerimento a solicitar a passagem de certidão (art. 86º, nº 12, al. <i>a</i>), do CPP)	403
– Requerimento a solicitar a consulta do processo na fase do Inquérito (art. 89º, nº 1, do CPP)	404
– Requerimento a solicitar a sujeição do processo a segredo de justiça (art. 86º, nº 2, do CPP)	405
– Requerimento de prova no âmbito do inquérito (art. 61º, nº 1, al. <i>g</i>), do CPP)	406

– Requerimento a solicitar a apreensão em estabelecimento bancário (art. 268º, nºs 1, al. c) e 2, do CPP)	407
– Requerimento de suspensão provisória do processo (art. 281º, do CPP)	408
– Requerimento de junção de documento comprovativo de cumprimento de inunção (art. 281º, nº 2, al. c), do CPP)	410
– Requerimento de arquivamento do processo em caso de dispensa da pena (art. 280º, do CPP)	411
– Requerimento de reabertura do inquérito (art. 279º, nº 1, do CPP)	413
– Requerimento de correção de despacho do Ministério Público (arts. 97º, nº 3 e 380º, nº 3, do CPP)	415
– Requerimento de proprietário de objeto apreendido (art. 178º, nº 12, do CPP)	417

INSTRUÇÃO

I. INTRODUÇÃO	419
1. Finalidade e âmbito	419
2. Conteúdo	421
3. Direção e competência	422
4. Nulidades	425
II. ABERTURA DA INSTRUÇÃO	426
1. Legitimidade e prazo	426
1.1. Arguido	426
1.2. Assistente	429
2. Consulta dos autos e obtenção de certidões	432
3. Requerimento	434
4. Notificações	445
5. Prática de atos processuais	447
6. Custas processuais	450
III. DEBATE INSTRUTÓRIO	453
1. Finalidade	453
2. Direção e organização	454
3. Designação da data	455
4. Notificação	456
5. Adiamento	457
6. Realização	459
7. Alteração dos factos	461
7.1. Alteração não substancial	461
7.2. Alteração substancial	462

IV. ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO	463
1. Prazos de duração máxima	463
2. Decisão instrutória e notificação	466
3. Recursos	475
V. JURISPRUDÊNCIA	478
MINUTAS	488
– Requerimento para abertura de instrução pelo arguido (al. <i>a</i>), do nº 1, do art. 287º, do CPP)	488
– Requerimento para abertura de instrução pelo assistente (al. <i>b</i>), do nº 1, do art. 287º, do CPP)	490
– Requerimento a solicitar o exame gratuito dos autos (art. 89º, nº 4, do CPP)	493
– Requerimento a solicitar prorrogação de prazo para requerer a abertura da instrução criminal (arts. 107º, nº 6 e 287º, do CPP)	494
– Requerimento a solicitar a aceleração processual (art. 108º, do CPP)	495
– Requerimento da vítima a solicitar a sua audição (art. 292º, nº 2, do CPP)	497
JULGAMENTO	
I. INTRODUÇÃO	499
II. ATOS PRELIMINARES À AUDIÊNCIA	504
1. Saneamento do processo	504
2. Despacho que determina a realização da audiência	510
2.1. Designação da data	510
2.2. Elementos	513
2.3. Notificação	514
2.4. Declaração de contumácia	520
2.5. Prática de atos processuais	525
2.6. Tramitação eletrónica	528
3. Contestação	533
4. Adicionamento ou alteração do rol de testemunhas	540
5. Produção de prova antecipada à audiência de julgamento	541
III. DISPOSIÇÕES GERAIS RELATIVAS À AUDIÊNCIA	545
1. Deveres de conduta durante a audiência	545
2. Publicidade	546
3. Contraditoriedade	548
4. Continuidade	549
4.1. Interrupção	550
4.2. Adiamento	552
4.3. Princípio da plenitude da assistência dos juízes	556

IV. ATOS INTRODUTÓRIOS À AUDIÊNCIA	559
1. Abertura da audiência	559
2. Efeitos da falta de comparência à audiência	563
2.1. Falta do MP e do defensor	563
2.2. Falta do representante do assistente e das partes civis	567
2.3. Falta do assistente, testemunhas, peritos, consultores técnicos ou partes civis	568
2.4. Presença e falta de comparência do arguido	569
2.4.1. Obrigatoriedade da presença	569
2.4.2. Afastamento do arguido durante a audiência	572
2.4.3. Julgamento na ausência do arguido notificado para a audiência	573
2.4.4. Audiência na ausência do arguido em casos especiais	575
3. Questões prévias ou incidentais	577
4. Exposições introdutórias	578
V. PRODUÇÃO DA PROVA EM AUDIÊNCIA	579
1. Princípios gerais	579
2. Proibição de valoração de provas	583
3. Ordem de produção da prova	585
4. Declarações do arguido	586
5. Assistente e partes civis	595
6. Testemunhas	596
7. Peritos e consultores técnicos	610
8. Exame no local	615
9. Prova documental	617
10. Reprodução ou leitura permitidas em audiência	619
11. Alteração dos factos descritos na acusação ou na pronúncia	625
12. Alegações orais	630
13. Últimas declarações do arguido e encerramento da discussão	631
VI. DOCUMENTAÇÃO DA AUDIÊNCIA	633
1. Ata	633
2. Documentação de declarações orais	635
VII. REABERTURA DA AUDIÊNCIA	639
VIII. JURISPRUDÊNCIA	642
MINUTAS	653
– Nota prévia sobre a tramitação eletrónica dos processos	653
– Contestação criminal (art. 315º, do CPP)	654
– Requerimento de junção de documentos pelo <i>CITIVUS</i> por exceder o limite de 10 MB (art. 10º, nº 3, da Portaria nº 280/2013, de 26 de agosto)	656
– Requerimento para alteração do rol de testemunhas (art. 316º, do CPP)	657

- Requerimento para tomada de declarações no domicílio (art. 319º, do CPP)	658
- Comunicação de falta de comparência (art. 117º, do CPP)	659
- Requerimento de junção de comprovativo de falta imprevisível (art. 117º, nº 3, do CPP)	660
- Requerimento de prova (art. 340º, do CPP)	661
- Requerimento a solicitar a restrição da livre assistência do público à audiência de julgamento (art. 87º, nº 1, do CPP)	662
- Requerimento para alteração da data da audiência de julgamento (art. 312º, nº 4, do CPP)	663
- Comunicação do exercício do direito de adiamento de ato processual (art. 2º, do Dec.-Lei nº 131/2009, de 1 de junho)	664
- Requerimento de junção de documento comprovativo de motivo de adiamento (art. 4º, do Dec.-Lei nº 131/2009, de 1 de junho)	665
- Requerimento a solicitar o pagamento de despesas de transporte (art. 17º, nº 5, do RCP)	666
- Requerimento de acareação (art. 146º, do CPP)	667
- Requerimento de dispensa de patrocínio (art. 42º, da Lei nº 34/2004, de 29 de julho)	669
- Requerimento a solicitar a suspensão do processo para apreciação de questão não penal (art. 7º, do CPP)	670
SENTENÇA	
I. INTRODUÇÃO	673
II. OBJETO DA DELIBERAÇÃO E VOTAÇÃO	674
1. Questão da culpabilidade	674
2. Questão da determinação da sanção	676
III. SENTENÇA/ACÓRDÃO	682
1. Nota prévia	682
2. Elaboração e assinatura	683
3. Requisitos	684
4. Publicação	690
5. Depósito	694
6. Nulidade da sentença	695
7. Correção da sentença	697
8. Decisão sobre o pedido de indemnização civil	699
9. Sentença absolutória	700
10. Sentença condenatória	704
11. Perda de instrumentos, produtos e vantagens	746

IV. JURISPRUDÊNCIA	754
MINUTAS	764
– Requerimento para substituição total da multa por dias de trabalho (art. 48º, do CP e art. 490º, do CPP)	764
– Requerimento para suspensão provisória da prestação de trabalho em substituição da multa (art. 59º, nº 1 <i>ex vi</i> do art. 48º, nº 2, ambos do CP)	766
– Requerimento para pagamento da multa em prestações (art. 47º, nº 3, do CP)	767
– Requerimento para não transcrição da sentença nos certificados de registo criminal (art. 13º, da Lei nº 37/2015, de 5 de maio)	769
– Requerimento a solicitar o pagamento das custas em prestações (art. 33º, do RCP)	771
– Plano de pagamento das custas em prestações (art. 33º, nº 2, do RCP)	773
– Requerimento a solicitar a atualização de relatório social (art. 370º, nº 1, do CPP)	774
– Requerimento a solicitar a publicação integral de sentença absolutória (art. 378º, do CPP)	775
– Reclamação da conta de custas (art. 31º, do RCP)	777
– Requerimento de correção da sentença (art. 380º, nº 1, al. <i>a</i>), do CPP)	779
PROCESSOS ESPECIAIS	
I. INTRODUÇÃO	781
II. PROCESSO SUMÁRIO	785
1. Nota prévia	785
2. Quando tem lugar	787
3. Apresentação do detido ao MP	791
4. Libertação do arguido	794
5. Prática de atos processuais	796
6. Audiência de julgamento	797
7. Reenvio para outra forma de processo	806
8. Jurisprudência	807
III. PROCESSO ABREVIADO	809
1. Nota prévia	809
2. Quando tem lugar	809
3. Acusação, arquivamento e suspensão do processo	810
4. Saneamento do processo, julgamento e sentença	812
5. Reenvio para outra forma de processo	814
6. Jurisprudência	814

IV. PROCESSO SUMARÍSSIMO	815
1. Nota prévia	815
2. Quando tem lugar	816
3. Requerimento	818
4. Reparação civil	820
5. Notificação e oposição do arguido	821
6. Decisão	822
7. Jurisprudência	825
MINUTAS	827
– Declaração de concordância do assistente com o processo sumaríssimo (art. 392º, nº 2, do CPP)	827
– Declaração do lesado a manifestar a intenção de obter a reparação dos danos sofridos (art. 393º, nº 2, do CPP)	828
– Declaração de oposição do arguido à sanção proposta pelo Ministério Público (art. 396º, do CPP)	830
 RECURSOS	
I. INTRODUÇÃO	831
1. Generalidades	831
2. Modalidades de recursos	835
3. Custas processuais	835
4. Patrocínio judiciário	841
5. Tramitação eletrónica	844
II. RECURSOS ORDINÁRIOS	845
1. Nota prévia	845
2. Decisões recorríveis	846
3. Decisões irrecorríveis	847
4. Legitimidade e interesse em agir	851
5. Âmbito do recurso	853
6. Regime de subida	855
6.1. Forma de subida	855
6.2. Momento da subida	857
7. Efeitos	859
8. Recurso relativo à indemnização civil	860
9. Fundamentos do recurso	863
10. Prazo	866
11. Requerimento e motivação	873
12. Admissão e rejeição	878
13. Notificação	882

14. Resposta	882
15. Desistência	884
16. Vista ao MP, exame preliminar e conferência	885
17. Audiência do recurso	887
A. Recurso perante as Relações	892
B. Recurso perante o Supremo Tribunal de Justiça	895
III. RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS	897
A. Fixação de jurisprudência	898
1. Fundamento, legitimidade e tribunal competente	898
2. Prazo para interposição, requerimento e efeito	899
3. Vista, exame preliminar e conferência	900
4. Apresentação de alegações	901
5. Julgamento e publicação do acórdão	901
6. Eficácia da decisão	902
7. Recursos de decisão proferida contra jurisprudência fixada pelo STJ	903
8. Recursos no interesse da unidade do direito	903
B. Revisão	904
1. Fundamentos	904
2. Prazo e legitimidade	906
3. Requerimento e tramitação	907
4. Realização de novo julgamento	909
5. Decisão	910
IV. JURISPRUDÊNCIA	911
MINUTAS	920
– Recurso sobre a matéria de direito	920
– Recurso sobre a matéria de facto e de direito	927
– Reclamação para a conferência	935
BIBLIOGRAFIA	939
ÍNDICE	949